

Auditoria aponta falhas na Saúde

Programa Saúde da Família no DF apresenta estrutura precária de acordo com grupo-tarefa do governo federal

CAROLINA NOGUEIRA
REPÓRTER DO JB

Uma auditoria realizada pelo grupo-tarefa que investiga o sistema de saúde pública no DF descobriu que o Programa Saúde da Família no Distrito Federal funciona com uma estrutura precária e totalmente desvirtuada daquela estabelecida pelo governo federal. Na investigação, finalizada há uma semana, foram detectadas falta de pessoal, de medicamentos, vícios na contratação dos profis-

sionais e o pior: informações inverídicas nos dados declarados pelo Governo do Distrito Federal ao Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde já decidiu que vai acatar integralmente as recomendações do grupo-tarefa, que sugeriu a reestruturação completa do PSF no Distrito Federal no prazo de vinte dias.

Das 138 equipes que hoje trabalham no Programa Saúde da Família no Distrito Federal, 40 são financiadas com recursos da União. Todas elas foram visitadas pelos auditores do grupo-

tarefa, que descobriu que apenas seis equipes – das 40 financiadas pelo Ministério da Saúde – funcionam com a formação profissional completa prevista pelo governo federal: um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes comunitários. Este percentual representa apenas 11,11% do total. De acordo com o 4º Relatório Parcial do grupo-tarefa, este dado confronta-se radicalmente com o que é declarado pela Secretaria de Saúde no Sistema de Informação da

Atenção Básica (Siab) – sistema do Ministério da Saúde que acompanha o PSF no país.

Uma das falhas nos dados do Siab foi descoberta na equipe do PSF de Engenho das Lages, da Regional de Saúde do Gama. Apesar de não contar com médico na equipe – o que é requisito básico para o financiamento do PSF pelo Ministério da Saúde – os dados do Siab de abril deste ano registram 107 consultas médicas que teriam sido realizadas pela equipe de Engenho das Lages.

Adriano Machado BGPRESS

– O Saúde da Família é um programa dinâmico, em que a rotatividade de profissionais é muito grande, então é comum haver certa defasagem nos dados, mas jamais nesse nível que se observa aqui no DF. Isso não pode ser considerado normal – comentou o diretor do Departamento de Controle e Avaliação do Ministério da Saúde, Fausto Pereira dos Santos.

E esta não é a única incongruência de dados apontada pela auditoria. Os auditores descobriram ainda que os "kits de medicamentos enviados trimestralmente pelo Ministério da Saúde para as equipes do PSF são disponibilizados para todo o atendimento", deixando com isso as equipes descobertas de material.

A auditoria apontou também um grave problema no critério de seleção e contratação dos componentes da equipe do PSF adotado pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS), responsável pela contratação dos médicos. De acordo com os investigadores, "através de declarações de profissionais, comprovou-se também a ingerência política, inclusive nas demissões" dos funcionários do programa. Este ponto foi destacado pelo grupo-tarefa, que recomendou, em seu relatório, que o Ministério da Saúde "estabeleça critérios objetivos para seleção dos contratados nos programas".

Todos os problemas apontados pelo grupo-tarefa foram enviados ao Ministério da Saúde

e vai publicar, até a semana que vem, uma portaria determinando a reestruturação do programa. De acordo com o ministério, a assessoria jurídica está apenas estudando "a forma jurídica e legal" de proceder tal determinação.

Para o diretor de Controle do Ministério, Fausto Pereira dos Santos, a descoberta destes dados irregulares podem pesar na avaliação da comissão tripartite, que vai decidir na semana que vem se o DF continua ou não com a autoridade plena de gerir os recursos da Saúde repassados pelo governo federal.

– Estes processos estão todos embricados. A análise da gestão plena não se debruça apenas em uma questão, é um pool de questões, e o PSF é um desses pontos – ressaltou.

A Secretaria de Saúde rebateu as conclusões da auditoria afirmando que parece "precipitada" a decisão de enquadrar o governo do Distrito Federal às vésperas da análise sobre o fim da gestão plena dos recursos do Sistema Único de Saúde.

– Não vou entrar no mérito dos julgamentos feitos pela auditoria, nós não trabalhamos em cima de dados passados. Estamos pensando para frente, no programa de Atenção à Saúde Básica que o ministério está criando e para a qual nós já fomos credenciados – afirmou o subsecretário de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do DF, Mauro Sérgio Nunes.

"Ficou constatado também a ingerência política nas demissões"

Famílias se aglomeram em frente ao Hospital de Base aguardando atendimento: Programa Saúde da Família visa justamente garantir atendimento preventivo, para reduzir impacto sobre estrutura hospitalar. Auditoria que investiga sistema de saúde do DF aponta estrutura precária e desvirtuada de

